

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1280928 - RJ (2011/0204539-9)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

EMBARGANTE : JOSÉ CONDE CALDAS

ADVOGADOS : LUCIEN CASTIER - RJ007764

KELLY CRISTINA FONSECA DA COSTA GASPAR - RJ122445

HELIO SYLVESTRE TAVARES NETO - RJ127250

EMBARGADO : JORGE DE SOUZA SAMPAIO

REPR. POR : HERMÍNIA MARIA DE SAMPAIO CAMPOS - INVENTARIANTE

ADVOGADOS : RENATA BERMAN E OUTRO(S) - RJ103636

MARIO FELIPPE DE LEMOS GELLI E OUTRO(S) - RJ123648

ANDRÉ MACEDO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF015014

MARIA EDUARDA ECHEVERRIA MAGACHO E OUTRO(S) - RJ203718

VINICIUS DAMOUS DE MORAES GOMES - RJ222037

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. MULTA.

1. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a aplicação da multa por litigância de má-fé não é automática, visto não se tratar de mera decorrência lógica da rejeição do agravo interno.

2. Embargos de declaração acolhidos para fins de esclarecimentos, sem efeitos modificativos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 01 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva - Relator